

## PROCEDIMENTOS COM PRODUTOS PERIGOSOS

### 1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O desenvolvimento tecnológico alcançado pelas indústrias químicas espalhadas pelo mundo tem proporcionado inúmeros benefícios a diversos outros setores industriais que empregam tais produtos em suas atividades. No entanto, muito embora os produtos perigosos estejam disseminados por toda parte, o seu risco potencial não tem sido adequadamente reconhecido.

O aumento significativo na produção, estocagem e transporte de produtos advindos da indústria petroquímica acabaram por sobrecarregar ainda mais as estradas de rodagem brasileiras, provocando inúmeros acidentes, que, por sua vez, resultam em prejuízos econômicos, além de danos sociais e ao meio ambiente.

As primeiras preocupações Internacionais com o transporte de cargas e produtos perigosos surgiram após o término da 2ª Guerra Mundial. Países como a França, Alemanha e Inglaterra estabeleceram recomendações padronizadas e, após, toda Europa atentou para a importância desse assunto. Em 1957, a Organização das Nações Unidas (ONU), criou uma comissão que elaborou um rol com, aproximadamente, dois mil produtos químicos classificados como perigosos e adotou uma numeração para identificação de cada um deles.

No Brasil, até o início da década de 1980, não existia nenhuma lei que regesse os transportes rodoviários de produtos perigosos. Somente após o acidente com o pentaclorofenato de sódio, o conhecido pó-da-china, no Rio de Janeiro e o descarrilamento de um comboio ferroviário em Salvador, em 1983, o Governo Federal percebeu o problema, fazendo surgir, em outubro de 1983, o Decreto-lei nº 88.821. Em 1988, este Decreto sofreu reformulação, tornando-se, então, o **Decreto nº 96.044**, que vigora até os dias atuais.

Deste modo, o risco representado pelo transporte de produtos perigosos faz com que se torne imprescindível os mecanismos de prevenção de acidentes, assim como maneiras de se reduzir riscos inerentes a esta movimentação. O cloro se constitui num bom exemplo, pois o potencial de risco é determinado pelas suas características de gás altamente tóxico, denso e de difícil dispersão. No entanto, se estiver sendo transportado de maneira correta e em veículo apropriado, com equipamentos de segurança adequados e o motorista preparado para agir em caso de emergência, aquele potencial continuará a existir, porém de forma inibida.

Torna-se importante ressaltar, ainda, que a proibição desse tipo de transporte seria algo inadmissível para a sociedade moderna, que depende sobremaneira da utilização desses produtos. Mais uma vez o cloro se torna um bom exemplo, pois muito embora seja classificado como produto perigoso para o transporte, sem a sua presença seria praticamente impossível a purificação das águas para consumo humano. Desse modo, a proliferação das doenças teria repercussões incontroláveis.

Como se vê, o produto perigoso não somente necessita ser produzido, como também distribuídos para que sirva tanto de matéria-prima como de produto intermediário ou final.

Além desses aspectos, destaca-se ainda que os riscos inerentes ao transporte de produtos perigosos vêm crescendo cada vez mais, pois muitas indústrias estão instalando-se nas regiões mais longínquas do País, e, conseqüentemente, mais produtos perigosos vêm transitando pelas rodovias.

### 2 CONCEITUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Considera-se *produto perigoso* àquele que representa risco para a saúde de pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente. Do mesmo modo, é considerada como tal

*aquela substância encontrada na natureza ou produzida por qualquer processo, que coloque em risco a segurança e bem-estar da sociedade, de maneira geral, conforme classificação da ONU, publicadas por meio da Resolução 420/2004 da ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre).*

Conforme o art. 1º do Decreto 96.044/88:

“O transporte, por via pública, de produto que seja perigoso ou represente risco para a saúde de pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente, fica submetido às regras e procedimentos estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo do disposto em legislação e disciplina peculiar a cada produto”.

Um acidente com produto perigoso ocorre toda vez que um material caracterizado como tal escapa, ou corre o risco de escapar, para o ambiente que o rodeia. Diz-se desse fato que houve uma perda de controle sobre o risco, que pode resultar em extravasamento do material guardado, causando danos ao meio ambiente e à saúde humana, principalmente. Ressalta-se que, conforme a legislação em vigor, é o expedidor da carga o responsável por seu correto acondicionamento (Decreto-lei 96.044, art. 6º).

As classificações nacional e internacional dos produtos químicos perigosos obedecem a normas, baseadas nas propriedades físico-químicas e toxicológicas do produto. Existem regulamentações próprias para o transporte rodoviário de tais produtos, assim como regras que estabelecem a magnitude do risco.

A ONU, preocupada com o crescente aumento no número de acidentes provocados pelo transporte inadequado, pelas falhas na fabricação, na estocagem e na distribuição, assim como pelo uso ou manipulação indevidos dos produtos perigosos, considerou extrema e urgentemente necessária a padronização dos produtos perigosos em vista da sua circulação e utilização em todos os países. Assim, atribuiu a cada produto perigoso um número, compostos de quatro algarismos, conhecidos como números da ONU.

### **3 CLASSIFICAÇÃO PARA PRODUTOS PERIGOSOS:**

#### **a) CLASSE 1 - Explosivos (Ministério do Exército):**

- Subclasse 1.1 – Risco de explosão em massa;
- Subclasse 1.2 – Risco de projeção sem risco de explosão em massa;
- Subclasse 1.3 – Risco de fogo e pequeno risco de explosão;
- Subclasse 1.4 – Pequeno risco na eventualidade de ignição;
- Subclasse 1.5 – Substâncias muito insensíveis, com risco de explosão em massa.
- Subclasse 1.6 - Artigos extremamente insensíveis, sem risco de explosão em massa.

#### **b) CLASSE 2 – Gases:**

- Subclasse 2.1 - Gases inflamáveis;
- Subclasse 2.2 - Gases não inflamáveis;
- Subclasse 2.3 - Gases tóxicos.

#### **c) CLASSE 3 – Líquidos inflamáveis;**

Líquidos inflamáveis são líquidos, mistura de líquidos, ou líquidos contendo sólidos em solução ou suspensão que produzam vapores inflamáveis a temperatura de até 60,5 ° C em teste de vaso aberto.

#### **d) CLASSE 4 – Sólidos inflamáveis** sujeitos à combustão espontânea; substâncias que em contato com a água emitem gases inflamáveis:

- Subclasse 4.1 - Sólidos inflamáveis;
- Subclasse 4.2 - Substâncias sujeitas à combustão espontânea;
- Subclasse 4.3 - Substâncias que em contato com a água emitem gases inflamáveis.

- e) **CLASSE 5 – Substâncias oxidantes**; peróxidos orgânicos:
  - Subclasse 5.1 – Substâncias oxidantes;
  - Subclasse 5.2 – Peróxidos orgânicos.
- f) **CLASSE 6 – Substâncias tóxicas**; substâncias infectantes:
  - Subclasse 6.1 – Substâncias tóxicas (provocam morte, injúrias sérias ou danos à saúde em caso de ingestão, inalação ou contato com a pele);
  - Subclasse 6.2 – Substâncias infectantes ( infecciosas).
- g) **CLASSE 7 – Substâncias radioativas** (Comissão de Energia Nuclear - CNEN).
- h) **CLASSE 8 – Corrosivos**:
  - grupo I - Substâncias muito perigosas;
  - grupo II - Substâncias que apresentam risco médio
  - grupo III - Substâncias de menor risco.
- i) **CLASSE 9 – Substâncias perigosas diversas.**

#### 4.1 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E AMPARO LEGAL NA FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA DE PRODUTOS PERIGOSOS:

- a) DECRETO Nº 96044/88.
- b) DECRETO Nº 1797 DE 25/01/1996
- c) RESOLUÇÃO Nº 420/2004 DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE.
- d) PORTARIA Nº 38/98 DENATRAN/MJ.
- e) PORTARIA Nº 22 DE 19/01/2001 DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
- f) PORTARIA Nº 349 DE 10/06/2002 DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.
- g) NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT).
- h) LEI Nº 9503/97 que instituiu o CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

#### 4. QUANTIDADE ISENTA

Para quantidades iguais ou inferiores aos limites de quantidade por unidade de transporte, constante na Resolução 420/2004 da ANTT, quantidade isenta da relação de produtos perigosos, independente das dimensões da embalagem, **dispensam-se as exigências relativas**:

- a) Rótulo de risco e painéis de segurança;
- b) Porte dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de conjunto de situações de emergência, exceto extintores de incêndio;
- c) Limitações quanto a itinerário, estacionamento e locais de carga e descarga;
- d) Treinamento específico para o condutor (curso MOPP);
- e) Porte da ficha de emergência;
- f) Proibição de se conduzir passageiro no veículo.

**Permanecem válidas as demais exigências regulamentares, em especial as que se referem:**

- a) As disposições relativas às embalagens dos produtos e sua marcação e rotulagem;
- b) Inclusão na documentação de transporte, do número e nome apropriado para embarque, classe ou subclasse do produto, com indicação que se trata de quantidade isenta e declaração de conformidade com a regulamentação, assinada pelo expedidor;
- c) As limitações relativas a comercialização, estabelecidas pelas autoridades competentes, para produtos da classe 1.

No caso de num mesmo carregamento serem transportados dois ou mais produtos diferentes, prevalece, para o total do carregamento, considerados todos os produtos, o valor limite estabelecido para o produto com menor quantidade isenta, ou seja, eu somo todas as quantidades em quilogramas, conforme declaradas nas notas fiscais, e verifico na coluna oito, da relação de

produtos perigosos da Resolução 420/2004 da ANTT, o produto que tiver a menor isenção, se a soma total dos produtos ultrapassar o valor da menor isenção, todo o carregamento deve ser considerado como não isento.

## **5. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

### **DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO:**

a) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) com exercício válido para o caminhão trator e demais unidades.

### **DOCUMENTAÇÃO DO MOTORISTA:**

- **CNH:** Compatível com a categoria do veículo, sendo o condutor maior de 21 anos (Art.145 CTB).

### **- CURSO MOPP:**

a) O curso MOPP é previsto no Art. 15 do RTPP sendo o programa de treinamento previsto na Resolução 91/99 do Contran, sendo ministradas pelo órgão executivo rodoviário da união (DNIT), instituições vinculadas ao sistema nacional de formação de mão-de-obra e empresas credenciadas pelos DETRANs.

b) A comprovação do treinamento poderá ser feita das seguintes formas:

1 - o condutor que participou do curso após 06/05/1999 mediante apresentação de certificado atualizado, válido por 05 anos;

2 - os certificados expedidos antes de 06/05/1999 podem apresentar transcrito na CNH, no campo de observações a expressão "Transportador de Cargas Perigosas" ou certificado que terá validade até 01/04/2005, ocasião que deverá ser feita à reciclagem do curso.

3 - o condutor de veículo transportador de produtos perigosos que não comprovar o treinamento específico deverá ter o seu veículo retido até que se apresente um condutor que comprove o treinamento e que seja habilitado para a categoria do veículo.

### **DOCUMENTO FISCAL**

1) Documento obrigatório que descreve a mercadoria, seu acondicionamento, peso, valor, imposto se houver, nome e endereço do embarcador e destinatário, meio de transporte e data de saída da mercadoria.

2) Na grande maioria das situações é a nota fiscal que deve ter as seguintes informações (Art. 22, inciso II do RTPP):

Número da ONU e nome apropriado para embarque;

a) Classe e quando for o caso (classes 1, 2, 4, 5 e 6), subclasse à qual o produto pertence;

b) Declaração do expedidor do produto de que o acondicionamento do produto está adequado para suportar os riscos de carregamento, transporte, descarregamento e transbordo, em condições normais, podendo ser colocada em qualquer lugar do documento;

c) Quando o(s) produto(s) estiver(em) dentro da quantidade de isenção deverá haver a indicação de que se trata de quantidade isenta, da mesma forma quando estiverem transportados em quantidades limitadas;

e) No caso de declaração de responsabilidade manuscrita, carimbada ou datilografada, a ausência de assinatura do responsável, deve ser motivo de autuação, sendo que a falta da assinatura não exime o expedidor de sua responsabilidade, e quando a declaração for impressa em gráfica, ou por sistema computadorizado, fica dispensada da assinatura.

## **CERTIFICADO DE CAPACITAÇÃO (A GRANEL);**

O certificado de capacitação, para o transporte de produtos perigosos a granel, do veículo e dos equipamentos é expedido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada, sendo a sua validade não superior a três anos, admitindo também o certificado internacional de capacitação para veículos estrangeiros.

O certificado de capacitação deve ser fiscalizado do seguinte modo:

- a) verificar o prazo de validade do documento conforme a data prevista no Campo 1, no formato mês/ano;
- b) verificar se o número do equipamento no campo 16 corresponde ao número gravado na placa de inspeção metálica, instalada na lateral esquerda (geralmente) do veículo/equipamento, sendo que os caminhões-tratores não estão obrigados a portar esta placa;
- c) verificar se o número do grupo de produtos impressos no campo próprios do certificado (campo 23), é compatível com o número da ONU e o constante da ficha de emergência e da nota fiscal, sendo proibido transportar produtos de grupos não relacionados, impressos no verso de cada certificado (art. 45, inciso I, letra b e art. 46, inciso I, letra b).

## **FICHA DE EMERGÊNCIA E ENVELOPE PARA TRANSPORTE :**

- a) deve haver no veículo uma ficha de emergência para cada produto transportado e um envelope para cada expedidor de produto perigoso, devendo todas as informações ser expressas na língua portuguesa;
- b) toda a impressão da ficha deve ser em preto, com exceção da tarja que deve ser em vermelho, quando o produto não for Resolução 420/2004 da ANTT como perigoso **pode** haver uma ficha no mesmo padrão, porém com a tarja verde por iniciativa do fabricante do produto;
- c) é permitido a xerox da ficha desde que a mesma mantenha o padrão original, inclusive as cores;
- d) o veículo transportador de produto perigoso a granel, mesmo vazio, antes da descontaminação, deve portar a ficha e o envelope para transporte, do último produto transportado;
- e) na ficha de emergência pode constar o telefone de emergência da corporação dos bombeiros e dos órgãos de policiamento de trânsito, da defesa civil e de meio ambiente ao longo do itinerário, podendo ser usado o verso da mesma para a colocação dos telefones citados, desde que estes telefones não estejam no envelope para o transporte (NBR 7503);
- f) a ficha de emergência e o envelope para o transporte de produtos perigosos devem atender as especificações da NBR-7503, devendo as mesmas ficar a disposição da fiscalização em local de fácil acesso e conter as informações com os principais riscos do produto transportado e as providências essenciais a serem tomadas em caso de acidente.
- g) o envelope para o transporte deverá conter as informações destinadas a identificação do expedidor, como o seu logotipo impresso, telefones para contato com os pontos de apoio e a relação dos documentos que acompanham o embarque, também deverá conter as informações destinadas à identificação do transportador, como o nome, endereço e telefone do transportador.

## **6. GUIA DE TRÁFEGO – MINISTÉRIO DA DEFESA**

Os produtos controlados só poderão trafegar no interior do país depois de obtida a permissão das autoridades de fiscalização do Exército Brasileiro, com exceção daqueles cuja categoria de controle os isenta da fiscalização do tráfego.

A permissão para o tráfego será fornecida através de um documento único, de âmbito nacional denominado guia de tráfego.

## **7. AUTORIZAÇÃO PARA O TRANSPORTE DE MATERIAIS RADIOATIVOS**

O transporte a granel de materiais radioativos e o transporte deste material com atividades relevantes devem ser autorizados pela CNEN. Além da autorização, também deverá ser apresentado no ato da fiscalização:

- a) Declaração do expedidor de materiais radioativos.
- b) Ficha de monitoração da carga e do veículo.

## **8. EQUIPAMENTOS PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS**

É composto por dois conjuntos, que devem estar em local de fácil acesso, sendo:

### **EQUIPAMENTOS PARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA:**

- a) consideram-se equipamentos para situação de emergência o conjunto mínimo de equipamentos que devem acompanhar o transporte rodoviário de produtos perigosos para atender às situações de emergência, acidente ou avaria, o conjunto prevê elementos para a sinalização e o isolamento da área de ocorrência, conforme a ficha de emergência (NBR 7503) e solicitação de socorro conforme instruções do envelope para o transporte (NBR 7503) e, prevê ainda, elementos para atuação em emergências.
- b) os materiais de fabricação dos componentes do conjunto para situação de emergência devem ser compatíveis e apropriados aos produtos transportados e de material antifaiscante, em se tratando de produtos cujo risco principal ou subsidiário seja INFLAMÁVEL.
- c)
  - 1 - no mínimo dois calços com dimensões 15cmX20X15;
  - 2 - jogo de ferramentas adequado para reparos em situações de emergência durante a viagem, apropriado para veículo, e equipamento para o transporte contendo no mínimo;
    - alicate universal
    - chave de fenda ou phillips (conforme necessidade)
    - chave de boca (fixa) apropriada para desconexão de cabo de bateria.
  - 3 - dispositivos para sinalização / isolamento de área:
    - fita (largura mínima de 70mm) ou corda (diâmetro mínimo de 5mm), de comprimento compatível com as dimensões do veículo e quantidade de dispositivos (podendo ser tripé, cones ou cavaletes) para fixação da fita e/ou corda, de modo a não tocar o solo e ser possível o isolamento do veículo e da via em distância segura, conforme tabela a seguir.

<b>Tipo de Veículo</b>	<b>Tamanho da Fita ou corda</b>	<b>Quantidade de dispositivos</b>
Caminhão, caminhão-trator com semi-reboque (articulado), caminhão com reboque ou com até 19,80m de comprimento.	100 mts.	06
Treminhão, bitrem, rodotrem ou combinação de veículos com mais de duas unidades ou acima de 19,80m de comprimento.	200 mts.	10
Demais veículos	50 mts.	04

4 - material para advertência composto de 04 (quatro) placas autoportantes com dimensões mínimas de 34 cm X 47 cm, com a inscrição "PERIGO AFASTE-SE";

5 - 04 (quatro) cones para a sinalização da via;

7 - uma lanterna comum de no mínimo duas pilhas médias. No caso de produto perigosos a granel cujo risco principal ou subsidiário seja inflamável ou explosivo a lanterna deve ser para uso em locais sujeitos a fogo e/ou explosão em presença de gases, vapores, líquidos e pós, passíveis de sofrer ignição pela presença de faíscas, como exemplo lanterna a prova de explosão ou lanterna de segurança aumentada combinada com segurança intrínseca,

d) Os veículos que transportam gás liquefeito de petróleo envasado devem portar, no mínimo:

- 2 calços com dimensões mínimas de 150mm x 200mm x 150mm;
- jogo de ferramentas adequado para reparos em situações de emergência durante a viagem, apropriado ao veículo, e equipamento para o transporte contendo no mínimo:
  - Alicate universal;
  - Chave de fenda ou Phillips (conforme necessidade);
  - Chave de boca (fixa) apropriada para a desconexão do cabo da bateria;
- dispositivo complementar: extintor(es) de incêndio, para a carga.

d) Os veículos que transportam produtos perigosos sólidos da classe de risco 1 (explosivos) devem portar, além dos equipamentos citados no Grupo 1, pá, enxada de fibra de vidro ou similar. Os produtos explosivos devem ser transportados em caminhão furgão ou em carroçaria aberta, desde que a carga esteja coberta com lona. (A lona deve ser impermeável e resistente ao fogo e colocada de forma a cobrir bem a carga e sem possibilidade de se soltar);

Os veículos que transportam carga líquida embalada, além dos equipamentos citados, podem portar dispositivos para contenção, tais como:

- martelo e batoques cônico para tamponamento de furos, exceto para embalagens plásticas,
- almofadas impermeáveis para tamponamento de cortes e rasgos.
- tirantes para fixação das almofadas adequadas ao tamanho da embalagem.

e) Para transporte de produtos perigosos sólidos de qualquer uma das classes de risco, é obrigatório portar pá e lona totalmente impermeável, resistente ao produto, de tamanho mínimo de 3m x 4m, para recolher ao cobrir o produto derramado, exceto se já houver lona cobrindo a carga (no caso de veículo de carroçaria aberta)

e) Os equipamentos devem ser acondicionados em local de fácil acesso, e todos os dispositivos para sinalização e isolamento da área, quando em uso, devem garantir a sua sustentação e estar dispostos em local visível;

## **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's):**

a) Os EPI's indicados devem ser utilizados pelo motorista e ajudante (caso haja) na ocorrência de emergência para fuga e avaliação, devendo o veículo ser provido de EPI's tanto quanto forem o motorista e ajudantes, sendo que os mesmos deverão estar com trajes mínimos (calça, camisa, sapato ou bota).

b) os EPI's são classificados em 11 grupos, conforme o produto transportado (NBR 9735), sendo o EPI básico composto de **luva e capacete de boa resistência de material adequado ao produto transportado:**

### **Grupo 1**

EPI Básico

Óculos de segurança para produtos perigosos

### **Grupo 2**

EPI Básico

Peça facial inteira com filtro de VO/GA combinado com filtro mecânico

### **Grupo 3**

EPI Básico

Peça facial inteira com filtro de  $\text{NH}_3$

### **Grupo 4**

EPI Básico

Peça facial inteira com filtro CO combinado com filtro mecânico

### **Grupo 5**

EPI Básico

Peça facial inteira com filtro  $\text{SO}_2$  combinado com filtro mecânico

### **Grupo 6**

EPI Básico

Óculos de segurança para produtos químicos

Peça semifacial com filtro VO/GA combinado com filtro mecânico

### **Grupo 7**

EPI Básico

Óculos de segurança para produtos químicos

Peça semifacial com filtro  $\text{NH}_3$  combinado com filtro mecânico

### **Grupo 8**

EPI Básico

Óculos de segurança para produtos químicos

Peça semifacial filtrante



### **Grupo 9 - Granel**

EPI Básico

Óculos de segurança para produtos químicos

### **Grupo 9 - Envasilhado**

Luva compatível com o produto

### **Grupo 10**

EPI Básico

Protetor Facial

### **Grupo 11 – Produtos da Classe 1**

EPI Básico

Óculos de Segurança para produtos químicos

Colete de Sinalização

Peça facial inteira com filtro polivalente (VO, GA, Amônia, SO<sub>2</sub> combinado com filtro mecânico P2)

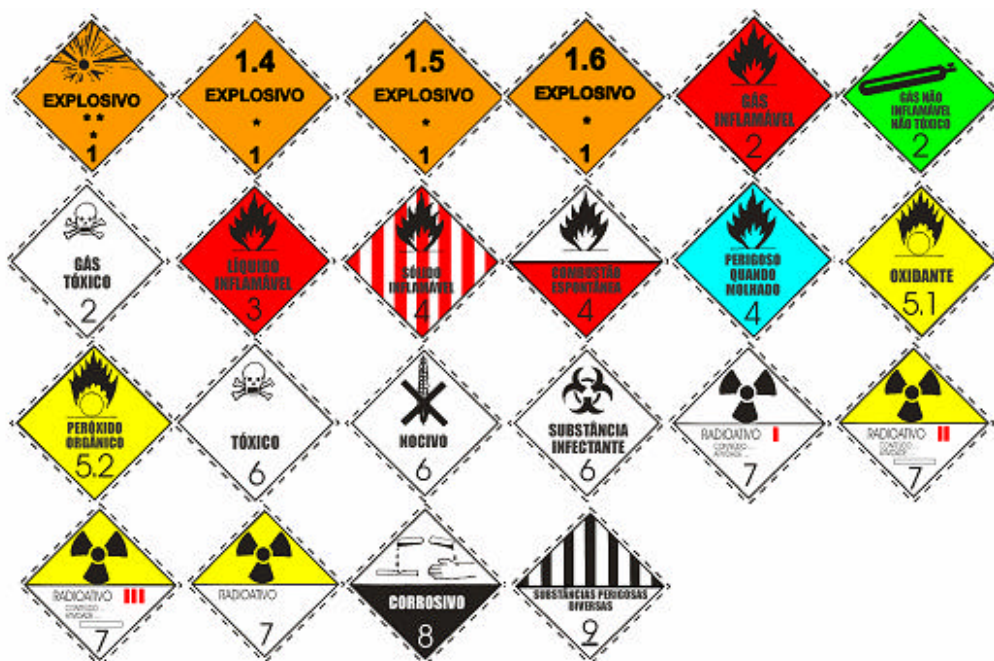
### **Grupo 12 – Produtos da Classe 7**

EPI Básico

## **8.1. FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS (SIMBOLOGIA)**

Todos os veículos transportando produtos perigosos (resolução 420/04) devem ser identificados por **RÓTULOS DE RISCO** e **PAINÉIS DE SEGURANÇA**, menos aqueles que transportam produtos com quantidades limitadas (Pequenas quantidades de produtos), exigindo-se a conformidade dos mesmos com a NBR 7500. Os rótulos de risco e painéis de segurança devem ser de material impermeável, resistente a intempéries, que permaneça intacto durante o trajeto.

### **RÓTULOS DE RISCO**



O RÓTULO DE RISCO tem a forma de um quadrado, apoiado sobre um de seus vértices, e de acordo com a NBR 7500, afixado nas laterais e na traseira do veículo, e possui desenhos, números e cores que permite a identificação da classe e quanto for o caso a subclasse do produto transportado. Na classe 01 (explosivos) indica também o grupo de compatibilidade.

Significado das cores:

A forma básica do rótulo de risco é:

- Símbolo: figura com significado convencionado pela ONU, usada para expressar graficamente um risco, aviso, recomendação ou instrução, de forma rápida e facilmente identificável;
- Texto: corresponde a descrição da classe ou subclasse
- Número da classe ou subclasse: identifica a classe ou subclasse de risco.

#### **DIMENSÕES:**

As dimensões do rótulo de risco deverão ser:

- Para caminhões e seus rebocados: 30 X 30 centímetros;
- Para veículos utilitários: 25 X 25 centímetros;
- Para embalagens: 10 X 10 centímetros.

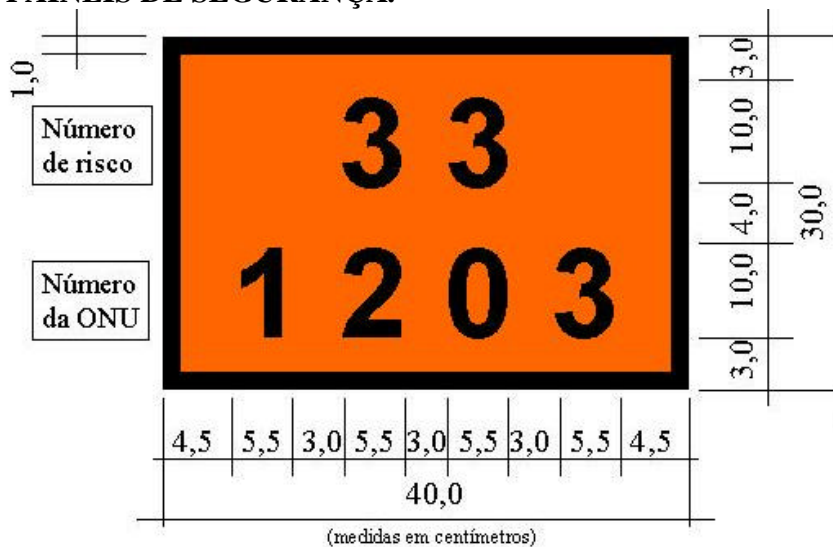
Observação: podem ser utilizados rótulos menores em embalagens que não comportem os rótulos estipulados sempre que as exigências específicas permitirem o uso de embalagens com dimensões inferiores a 10 centímetros de lado.

Rótulo de risco subsidiário:

- Conforme a NBR 7500, os veículos que transportarem apenas um produto perigoso, com mais de um risco significativo, deverão portar os rótulos de riscos subsidiários, neste caso não deverá ser indicado o número da classe e subclasse, no seu vértice inferior.



### PAINÉIS DE SEGURANÇA:



Além dos rótulos de risco, os veículos com produtos perigosos são obrigados à identificação por painéis de segurança com as seguintes especificações:

- Forma: retângulo;
- Cor: fundo laranja com uma borda de 1 cm em todo o contorno na cor preta, sendo que os numerais e letras deverão ser também na cor preta;
- Dimensões: deve ter 40 cm X 30 cm, podendo ser de 35 cm X 25 cm para veículos utilitários;
- Dividido em duas seqüências numéricas:
  - Parte superior: espaço reservado para o **número de risco**, que são números que indicam o tipo e a intensidade do risco, e;
  - Parte inferior: espaço reservado para o número da ONU, número pelo qual se identifica o produto através da classificação das Nações Unidas e que estão relacionados na Resolução 420/ANTT.

Nos painéis de segurança, os números devem ser indelévels, na cor preta sendo permitido números adesivos não removíveis e não reaproveitáveis, desde que atendido ao estipulado na NBR 7500, referentes a medida e a colocação dos números e letras, sendo proibida a sobreposição de números.

Atualmente, não é obrigatório que os painéis de segurança tenham o verso pintado na cor preta, entretanto, há a proibição da utilização do verso para identificar outro produto que não

esteja sendo transportado, sendo permitida o verso na cor alaranjada apenas se o transporte for de mais de produto no mesmo veículo.

Na frente e na traseira, os painéis de segurança podem estar afixados nos pára-choques ou qualquer outro lugar visível, porém **sempre** do lado do motorista, sendo que não poderá sobrepor o sistema de iluminação.

Os rótulos de risco e painéis de segurança não utilizados para identificação do produto do veículo devem estar agrupados e fixados de maneira a não estar visível durante o transporte e não se espalharem em caso de acidente, a fim de não confundir quem estiver atendendo emergências.

O veículo vazio e descontaminado não poderá transitar, portanto, painéis de segurança e rótulos de risco conforme Art. 2º, parágrafo único do RTPP. Nestes casos deverá ser feita a retirada dos mesmos.

### **NÚMERO DE RISCO.**

Os números que indicam o tipo e a intensidade do risco, são formados por dois ou três algarismos, sendo que a importância do risco é registrada da esquerda para a direita

Significado dos números:

- Risco principal do Produto = 1.º Algarismo;
  - Riscos Subsidiários = 2.º e/ou 3.º Algarismos;
  - A letra "X" antes dos algarismos, significa que a substância reage perigosamente com a água ou umidade, desprendendo gases inflamáveis;
  - Quando não existir Risco subsidiário deve ser colocado como 2º algarismo o número "zero" .
- A duplicação ou triplicação dos algarismos significa uma intensificação do risco.

#### **Significado do primeiro algarismo**

ALGARISMO	SIGNIFICADO DO ALGARISMO
2	Emissão de gás devido a pressão ou reação química
3	Inflamabilidade de Líquidos (vapores) e gases ou líquido sujeito a auto-aquecimento
4	Inflamabilidade de sólidos, ou sólidos sujeitos a auto-aquecimento
5	Efeito oxidante (favorece incêndio)
6	Toxicidade
7	Radioatividade
8	Corrosividade
9	Risco de violenta reação espontânea

#### **EMPREGO DOS RÓTULOS DE RISCO E PAINÉIS DE SEGURANÇA:**

O emprego da rotulagem nos veículos transportadores de produtos perigosos, obedece as regras determinadas pela NBR 7500 da ABNT.

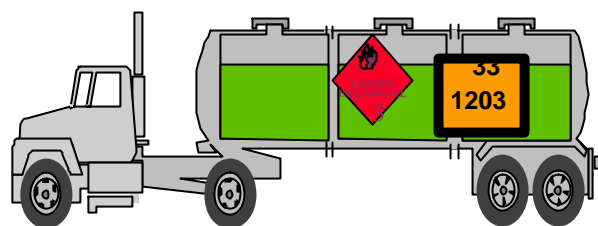
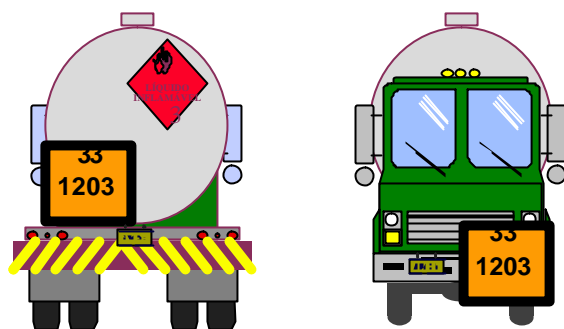
## TRANSPORTE A GRANEL

### a) Em caso de um único produto:

**Na frente:** painel de segurança do lado esquerdo, com o número da ONU e número de risco do produto;

**Na traseira:** painel de segurança do lado esquerdo, igual ao colocado na frente e rótulo de risco indicando a classe ou subclasse de risco principal e subsidiário (quando houver) do produto;

**Nas laterais:** painel de segurança iguais aos colocados na frente e na traseira e o rótulo indicativo da classe ou subclasse de risco principal e subsidiário (quando houver) do produto colocados no centro para a traseira, em local visível.

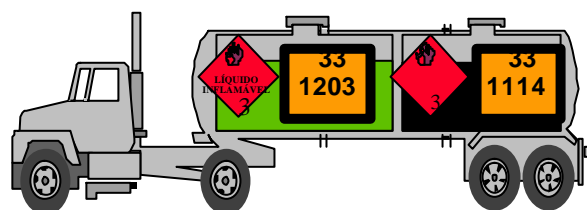
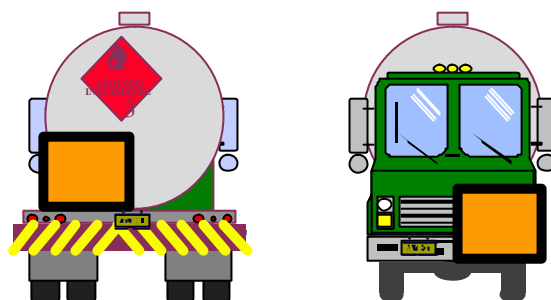


### b) Em caso de mais de um produto perigoso de mesma classe de risco (exceto álcool, óleo diesel, gasolina e querosene):

**Na frente:** painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e número de risco do produto;

**Na traseira:** painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e o número de risco e rótulo de risco indicando a classe ou subclasse de risco principal dos produtos;

**Nas laterais de cada tanque ou compartimento:** painel de segurança com os números da ONU e número de risco, e o rótulo indicativo da classe ou subclasse de risco principal dos produtos.

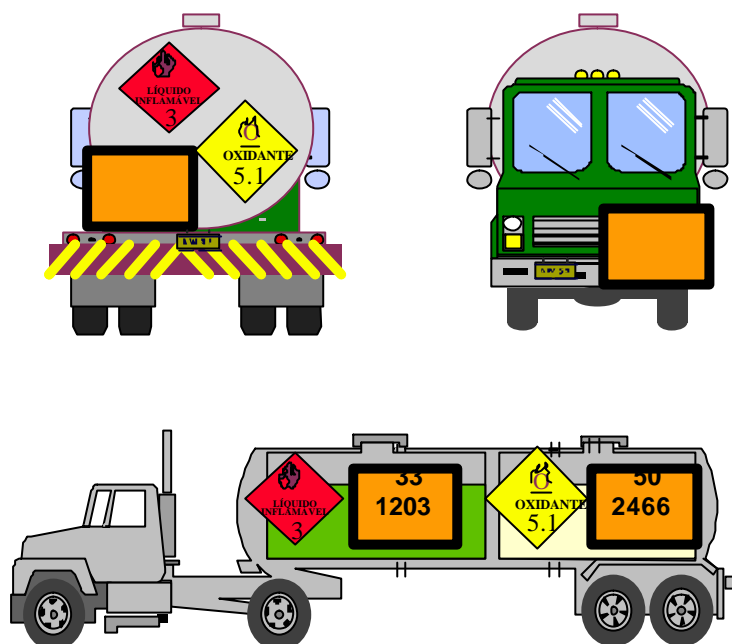


### c) Em caso de mais de um produto perigoso de classes de risco diferentes:

**Na frente:** painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e número de risco do produto;

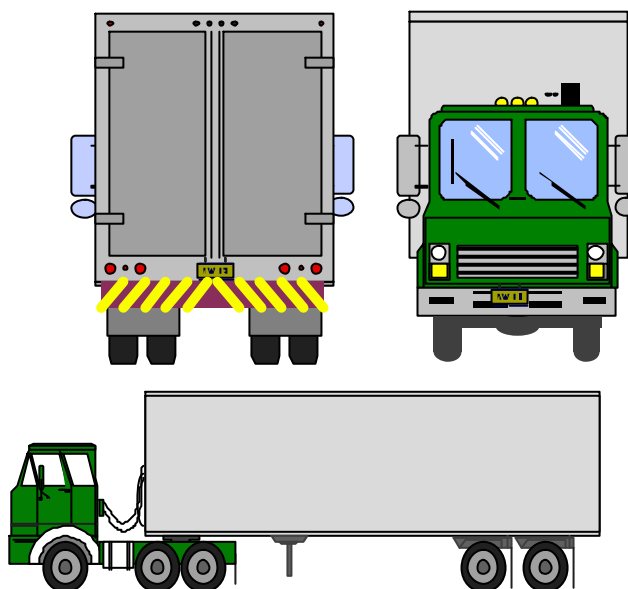
**Na traseira:** painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e número de risco e os rótulos indicativos de cada uma das classes ou subclasses de riscos principais dos produtos;

**Nas laterais de cada tanque ou compartimento:** painel de segurança com o número da ONU e número de risco e os respectivos rótulos indicativos de cada uma das classes ou subclasses de riscos principais dos produtos.



#### **TRANSPORTE DE CARGA FRACIONADA:**

As unidades de acondicionamento de transporte de carga fracionada quando trafegando vazias, não devem permanecer com os rótulos de risco, nem painéis de segurança, bem como não devem continuar portando a ficha de emergência e o envelope para transporte. Durante o transporte de carga fracionada, as unidades de acondicionamento, quando carregadas, devem portar a ficha de emergência dentro do envelope para o transporte.

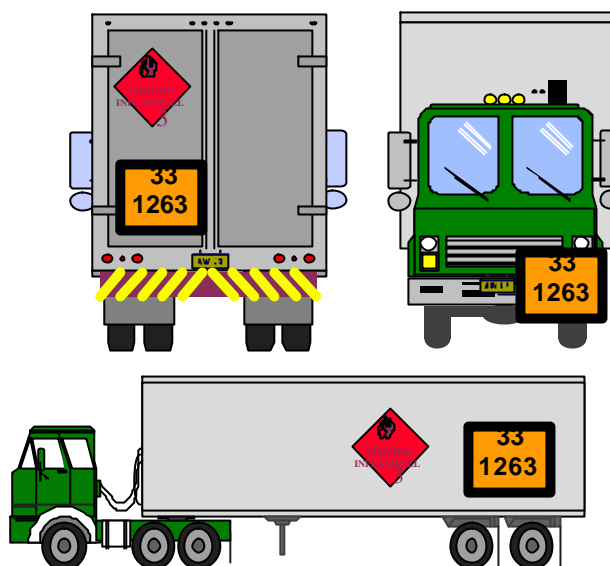


##### **a) Em caso de um único produto perigoso na mesma unidade de transporte:**

**Na frente:** painel de segurança do lado esquerdo, com o número da ONU e número de risco do produto;

**Na traseira:** painel de segurança do lado esquerdo, idêntico ao colocado na frente e o rótulo indicativo da classe ou subclasse de risco principal do produto;

**Nas laterais:** painel de segurança idêntico aos colocados na frente e na traseira e o rótulo indicativo da classe ou subclasse de risco principal e subsidiário (quando houver) do produto, colocados do centro para a traseira;

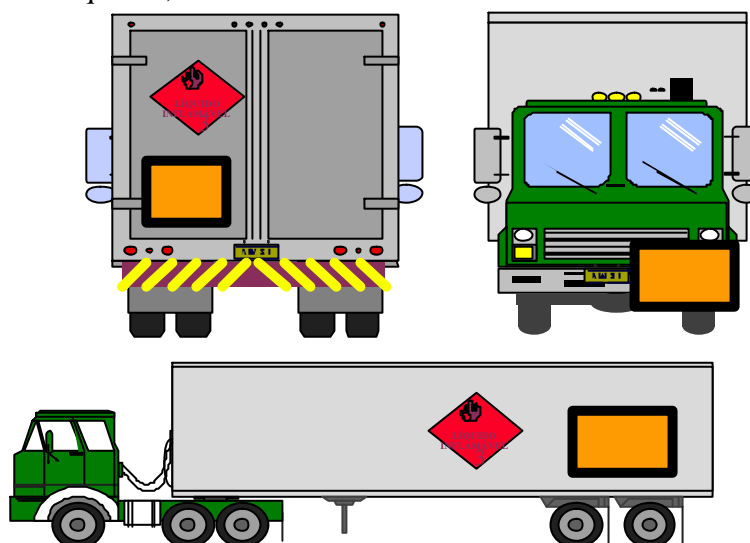


**b) Em caso de mais de um produto de mesma classe de risco:**

**Na frente:** painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e número de risco do produto;

**Na traseira:** painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e número de risco e o rótulo indicativo da classe ou subclasse de risco principal dos produtos;

**Nas laterais:** painel de segurança idêntico aos colocados na frente e na traseira e o rótulo indicativo da classe ou subclasse de risco principal dos produtos, colocados do centro para a traseira, em local visível.

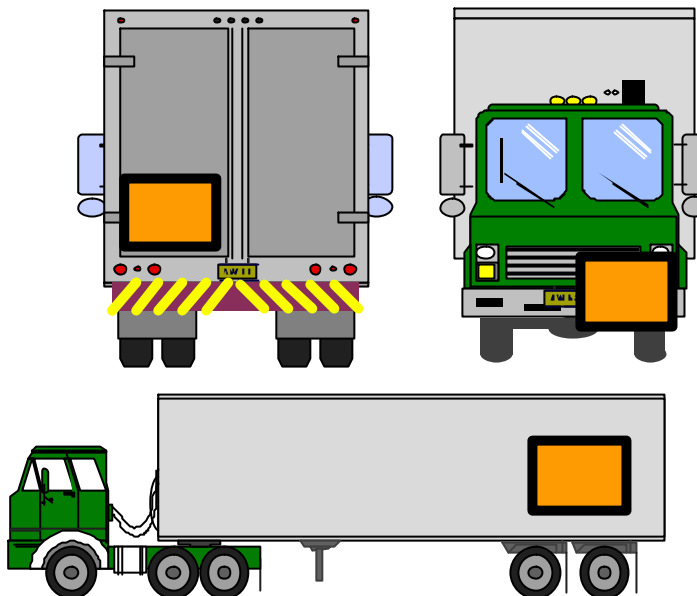


**c) Em caso de mais de um produto perigoso de classes de riscos diferentes:**

**Na frente:** somente o painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e número de risco do produto;

**Na traseira:** somente o painel de segurança do lado esquerdo, sem o número da ONU e número de risco dos produtos;

**Nas laterais:** somente o painel de segurança, idêntico aos colocados na frente e na traseira, colocados do centro para a traseira, em local visível.



**PRIMEIRA RESPOSTA PARA EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS:**

**RESPOSTA E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO.**

Esta fase é representada pelo deslocamento das equipes de emergência (resposta) e pelo reconhecimento inicial da situação do acidente. Nesta fase os responsáveis pelo atendimento da ocorrência identificam o tipo de problema a ser resolvido e planejam a melhor estratégia para controlar a situação.

Os principais tópicos a serem analisados nesta fase são:

- estabelecimento do comando da operação;
- dimensionamento da emergência;
- identificação do produto perigoso;
- gerenciamento dos riscos de acidente;
- planejamento da estratégia de controle da situação;
- dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários para a ação;
- organização básica da cena de emergência.

**MEDIDAS DE CONTROLE**

São as ações desenvolvidas nos níveis tático e operacional para controlar a situação emergencial envolvendo produtos perigosos, suas medidas consistem em:

- Isolamento e controle do acesso à zona contaminada;



- evacuação e resgate de pessoas;
- descontaminação de vítimas e/ou profissionais;
- estanqueidade de vazamentos e contenção de produtos derramados;
- abatimento de vapores, neutralização e/ou remoção de produtos perigosos;
- prevenção e combate a incêndios;
- recolhimento ou transbordo de cargas;
- ações de monitoramento ambiental.

## **FINALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO.**

Desenvolvimento de ações que visam o restabelecimento das condições de normalidade da área contaminada pelo acidente, tanto do ponto de vista da segurança, como do ambiental, normalmente as ações dessa fase envolvem:

- rescaldo de áreas incendiadas;
- descontaminação de equipamentos e instrumentos de medição;
- tratamento e disposição de resíduos;
- monitoramento ambiental continuado;
- elaboração de relatórios
- reavaliação das ações (visando analisar o processo e aperfeiçoamento do sistema de atendimento);
- retorno à fase de prontidão.

## **COMO UTILIZAR O MANUAL DE EMERGÊNCIAS DA ABIQUIM.**

Cada produto perigoso recebeu da ONU, um número de quatro algarismos, conhecido como número da ONU do produto perigoso, por exemplo, a gasolina (combustíveis para motores) possui o número 1203, utilizamos o manual de emergência da ABIQUIM para identificar os produtos perigosos e as ações iniciais de emergência da forma que segue:

1. nas páginas amarelas do manual, os produtos perigosos estão relacionados por ordem numérica crescente;
2. nas páginas azuis, os produtos estão relacionados por ordem alfabética;
3. sabendo-se o número da onu do produto perigoso (através do painel de segurança) devemos consultar as páginas amarelas do manual. a coluna guia nº indica a página laranja que deverá ser consultada, nelas você encontrará informações sobre os riscos potenciais do produto e as ações de emergência a seguir;
4. não sendo possível identificar o número da onu ou o nome do produto, existe ainda uma alternativa, procurar o rótulo de risco do produto perigoso. na parte inicial do manual existem duas páginas (8 e 9) com todos os rótulos de risco com seus guias correspondentes para o uso no local do incidente, use esta tabela somente para os produtos perigosos que não puderem ser identificados positivamente através do painel de segurança ou da documentação fiscal;
5. você poderá encontrar uma série de produtos perigosos destacados em cor verde nas páginas amarelas e nas azuis, por exemplo, o cloro, n.º da onu 1017, estes produtos exigem uma atenção especial nos casos de vazamentos pois são substâncias tóxicas se inaladas. consulte as páginas verdes, na parte final do manual, para conhecer as distâncias em metros para isolamento e proteção iniciais;
6. na seção laranja você poderá encontrar uma série de 61 (de 111 até 172) guias de emergência, sendo que as guias de emergência contêm as seguintes informações:

Página da esquerda:

- riscos potenciais: riscos à saúde e fogo ou explosão;

- segurança pública: vestimentas de proteção e evacuação.

Página da direita:

- ação de emergência: fogo, vazamento ou derramamento e primeiros socorros.

## **TACÓGRAFO.**

O tacógrafo é um instrumento de precisão utilizado nos veículos comerciais como equipamento obrigatório no Brasil.

O objetivo do uso efetivo do aparelho e dar condições reais de controlar os veículos, tanto do ponto de vista empresarial, quanto policial. Este trabalho visa fornecer a você alguns conhecimentos básicos e elucidar dúvidas sobre o aparelho, demonstrar sua importância sobre o ponto de vista da segurança rodoviária, e ainda as providências a serem tomadas com referência ao disco diagrama do aparelho em caso de acidente.

### **PRINCÍPIOS.**

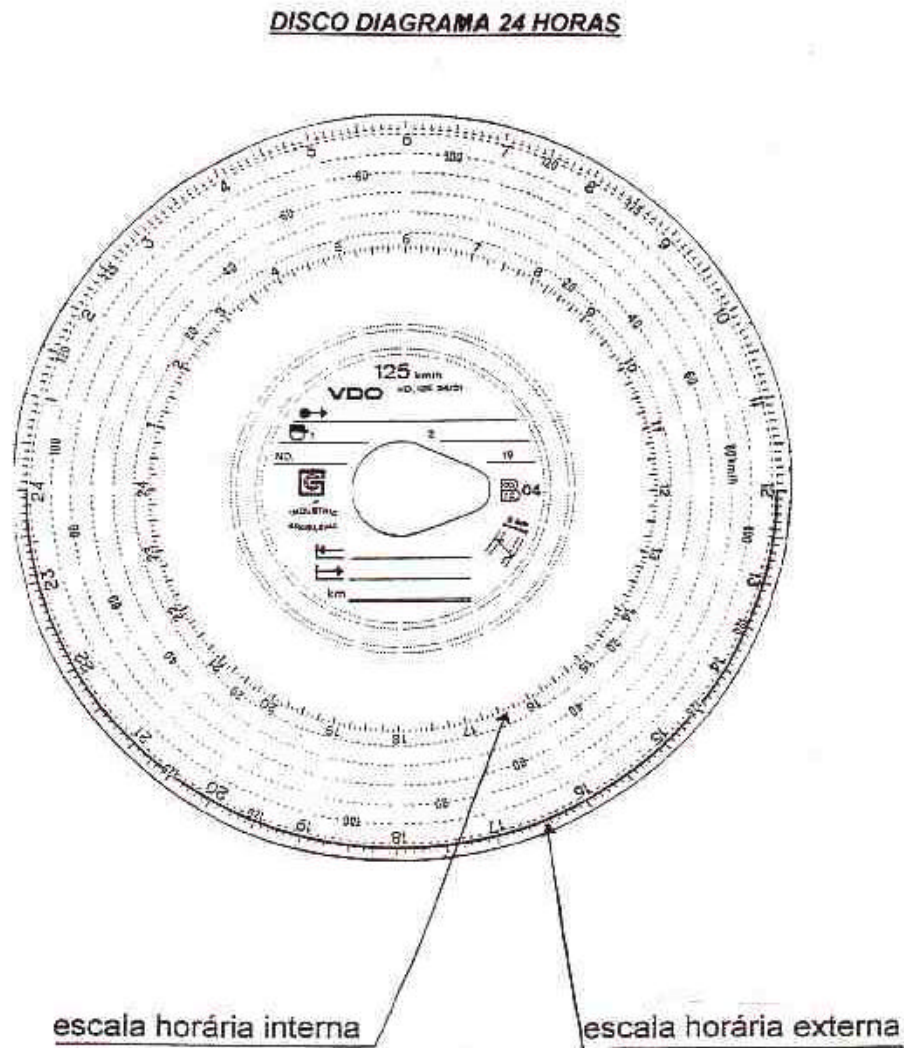
O tacógrafo na grande maioria dos veículos ocupa a posição de velocímetro, assim como este, informa ao motorista da velocidade real desenvolvida pelo veículo. No mostrador do aparelho figura ainda um relógio de horas, uma luz indicadora de limite de velocidade e um indicador de quilometragem percorrida (odômetro).

O aparelho possui em sua parte frontal uma tampa que contém todas as indicações acima descritas, essa tampa possui uma fechadura que permite o acesso aos discos diagramas do aparelho. Nos discos diagramas o tacógrafo registra de forma inalterável os dados relativos à viagem que nos permite uma análise sobre a operação do veículo.



A maioria dos veículos utiliza dois modelos de tacógrafo, um de 24 horas, que utiliza apenas um disco diagrama, o qual deverá ser substituído impreterivelmente após a vigésima quarta hora de utilização do disco e caso isso não ocorra haverá superposição de grafia, isto é, os dados registrados serão superpostos por novos registros, o que atrapalhará a interpretação. Outro modelo é o de sete dias, o qual utiliza um conjunto com sete discos de vinte quatro horas cada um, dos quais devem ser substituídos após a vigésima quarta hora do sétimo dia contados após a

colocação do conjunto tacógrafo.



### **REGISTROS.**

Os discos diagramas de tacógrafos com papel especial, recobertos com uma fina camada de cera (parafina) e qualquer elemento pontiagudo e rígido que toque o disco promove uma marca definitiva no disco diagrama, riscam o disco e registram ao longo das vinte e quatro horas do dia a velocidade, à distância percorrida, horas trabalhadas, horas paradas e outros eventos.

#### **Zona central:**

A região central do disco diagrama deverá estar preenchida com dados relativos a viagem, ao motorista e ao veículo.

#### **Escalas horárias:**

No disco diagrama estão grafados duas escalas horárias, uma externa e outra interna, ambas possuem vinte e quatro horas e estão subdivididas de cinco em cinco minutos.

#### **Registro de velocidade:**

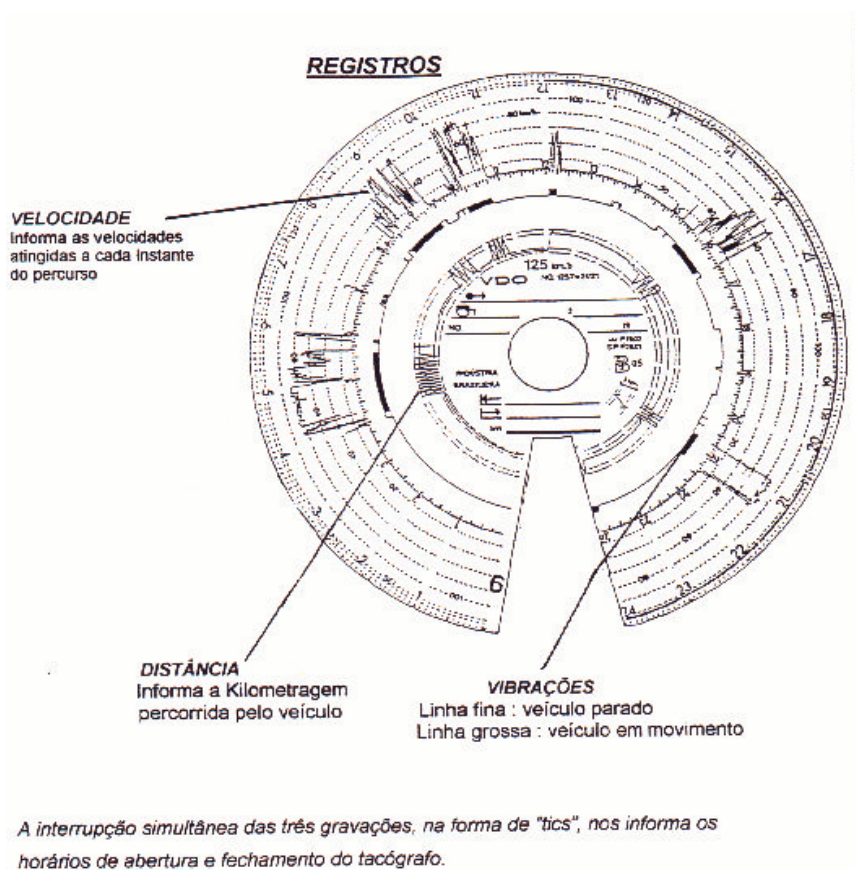
Através de uma agulha específica o tacógrafo registra todas as velocidades desenvolvidas pelo veículo (de zero a cento e vinte e cinco Km/h) em uma escala graduada de 20 em 20 Km/h, essa agulha faz movimentos radiais ao disco diagrama, acompanhando os movimentos do ponteiro de velocidade.

### **Registro horário:**

Por ação de um pêndulo uma agulha atua registrando a vibração ocorrida com o veículo assim é muito fácil identificar o tempo em que o mesmo encontra-se em movimento ou parado. Essa agulha funciona independente da conexão mecânica do aparelho à caixa de câmbio do veículo.

### **Registro de distância percorrida:**

Uma terceira agulha atua registrando as distâncias percorridas por trecho da viagem, esse registro nos permite conhecer todos os percursos realizados pelo veículo.



## **FISCALIZAÇÃO**

Ao executar a fiscalização do tacógrafo, verificar se:

- o aparelho contém o disco diagrama;
- o cabo está conectado e lacrado;
- o redutor está conectado e lacrado;
- os registros estão alterados;
- o lacre interno não está violado;
- as agulhas estão inoperantes;
- as agulhas estão rebaixadas;
- há registros manuais;
- a agulha de velocidade está calçada.

Ao executar a fiscalização do Disco Diagrama, verificar se:

- há sobreposição de grafia;

- o disco está preenchido corretamente com:
- Km inicial;
- Identificação do condutor;
- Identificação do veículo;
- Data de início da operação do disco diagrama.

## **ANEXO**

### **DECRETO 96.044, DE 18 DE MAIO DE 1988.**

***Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e da outras providências.***

O Presidente da República, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e considerando o disposto na Lei 7.092, de 19 de abril de 1993, e no Decreto-lei nº 2.063, de 6 outubro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos transportes.

Art. 2º - O transporte rodoviário de produtos perigosos realizado pelas Forças Armadas obedecerá à legislação específica.

Art. 3º - O Ministro de Estado dos Transportes expedirá, mediante portaria, os atos complementares e as modificações de caráter técnico que se façam necessários para a permanente atualização do Regulamento e obtenção de níveis adequados de segurança nesse tipo de transporte de carga.

Art. 4º - O art. 103, e seu § 1º do Regulamento baixado com o Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968, continua a vigorar com a redação dada pelo Decreto nº 88.821, de 6 de outubro de 1983.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1988: 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

### ***REGULAMENTO PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS***

#### **Capítulo I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art 1º. O transporte, por via pública, de produto que seja perigoso ou represente risco para a saúde de pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente, fica submetido às regras e procedimentos estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo do disposto em legislação e disciplina peculiar a cada produto.

Parágrafo 1º. Para os efeitos deste Regulamento é produto perigoso o relacionado em Portaria do Ministério dos Transportes.

Parágrafo 2º. No transporte de produto explosivo e de substância radioativa serão observadas, também as normas específicas do Ministério do Exército e da Comissão Nacional de Energia Nuclear -CNEN, respectivamente. (R-105 e Res 5.01 - CNEN)

#### **Capítulo II**

## DAS CONDIÇÕES DO TRANSPORTE

### Seção I

#### Dos Veículos e Equipamentos

Art 2º. Durante as operações de carga, transporte, descarga, transbordo, limpeza e descontaminação os veículos e equipamentos utilizados no transporte de produtos perigosos deverão portar rótulos de risco e painéis de segurança específicos, de acordo com as NBR-7500 e NBR-8286.

Parágrafo único. Após as operações de limpeza e completa descontaminação dos veículos e equipamentos, os rótulos de risco e painéis de segurança serão retirados.

Art 3º. Os veículos utilizados no transporte de produtos perigosos deverão portar o conjunto de equipamentos para situações de emergência indicado por Norma Brasileira (NBR 9735) ou, na inexistência desta, o recomendado pelo fabricante do produto.

Art 4º. Os veículos e equipamentos (como tanque e contêineres) destinados ao transporte de produto perigoso a granel deverão ser fabricados de acordo com as Normas Brasileiras ou, na inexistência destas, com norma internacionalmente aceita.

Parágrafo 1º. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, ou entidade por ele credenciada, atestará a adequação dos veículos e equipamentos ao transporte de produto perigoso, nos termos dos seus regulamentos técnicos.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo das vistorias periódicas previstas na legislação de trânsito, os veículos e equipamentos de que trata este artigo serão vistoriados, em periodicidade não superior a três anos, pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada, de acordo com instruções e cronologia estabelecidos pelo próprio INMETRO, observados os prazos e rotinas recomendadas pela normas de fabricação ou inspeção, fazendo-se as devidas anotações no "Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigoso a Granel" de que trata o item I do art. 22.

Parágrafo 3º. Os veículos e equipamentos referidos no Parágrafo anterior, quando acidentados ou avariados, deverão ser vistoriados e testados pelo INMETRO ou entidade pelo mesmo credenciada, antes de retornarem à atividade.

Art 5º. Para o transporte de produto perigoso a granel os veículos deverão estar equipados com tacógrafo, ficando os discos utilizados à disposição do expedidor, do contratante, do destinatário e das autoridades com jurisdição sobre as vias, durante três meses, salvo em caso de acidente, hipótese em que serão conservados por um ano.

### Seção II

#### Da Carga e seu acondicionamento

Art 6º. O produto perigoso fracionado deverá ser acondicionado de forma a suportar os riscos de carregamento, transporte, descarregamento e transbordo, sendo o expedidor responsável pela adequação do acondicionamento segundo especificações do fabricante.

Parágrafo 1º. No caso de produto importado, o importador será o responsável pela observância ao que preceitua este artigo, cabendo-lhe adotar as providências necessárias junto ao fornecedor estrangeiro.

Parágrafo 2º. No transporte de produto perigoso fracionado, também as embalagens externas deverão estar rotuladas, etiquetadas e marcadas de acordo com a correspondente classificação e tipo de risco.

"Art. 7º. É proibido o transporte, no mesmo veículo ou contêiner, de produto perigoso com outro tipo de mercadoria, ou com outro produto perigoso, salvo se houver compatibilidade entre os diferentes produtos transportados.

§ 1o Consideram-se incompatíveis, para fins de transporte conjunto, produtos que, postos em contato entre si, apresentem alterações das características físicas ou químicas originais de qualquer deles, gerando risco de provocar explosão, desprendimento de chama ou calor, formação de compostos, misturas, vapores ou gases perigosos.

§ 2o É proibido o transporte de produtos perigosos, com risco de contaminação, juntamente com alimentos, medicamentos ou objetos destinados a uso humano ou animal ou, ainda, com embalagens de mercadorias destinadas ao mesmo fim.

§ 3o É proibido o transporte de animais juntamente com qualquer produto perigoso.

§ 4o Para aplicação das proibições de carregamento comum, previstas neste artigo, não serão considerados os produtos colocados em pequenos cofres de carga distintos, desde que estes assegurem a impossibilidade de danos a pessoas, mercadorias ou ao meio ambiente." (NR) (Art. 7º. alterado pelo Dec. 4097/2002).

Art 8º. É vedado transportar produtos para o uso humano ou animal em tanques de carga destinados ao transporte de produtos perigosos a granel.

### Seção III

#### Do itinerário

Art 9º. O veículo que transportar produto perigoso deverá evitar o uso de vias em áreas densamente povoadas ou de proteção de mananciais, reservatórios de água ou reservas florestais e ecológicas, ou que delas sejam próximas.

Art 10. O expedidor informar anualmente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER os fluxos de transporte de produtos perigosos que embarcar com regularidade, especificando:

I - classe do produto e quantidades transportadas;

II - pontos de origem e destino.

Parágrafo 1o. As informações ficarão à disposição dos órgãos e entidades do meio ambiente, da defesa civil e das autoridades com jurisdição sobre as vias.

Parágrafo 2º. Com base nas informações de que trata este artigo, o Ministério dos Transportes, com a colaboração do DNER e de órgãos e entidade públicas e privadas, determinará os critérios técnicos de seleção dos produtos para os quais solicitará informações adicionais, como frequência de embarque, formas de acondicionamento e itinerário, incluindo as principais vias percorridas.

Art 11. As autoridades com jurisdição sobre as vias poderão determinar restrições ao seu uso, ao longo de toda a sua extensão ou parte dela, sinalizando os trechos restritos e assegurando percursos alternativos, assim como estabelecer locais e períodos com restrição para estacionamento, parada, carga e descarga.

Art 12. Caso a origem ou o destino de produto perigoso exigir o uso de via restrita, tal fato deverá ser comprovado pelo transportador perante a autoridade com jurisdição sobre a mesma, sempre que solicitado.

Art 13. O itinerário deverá ser programado de forma a evitar a presença de veículo transportando produto perigoso em vias de grande fluxo de trânsito, nos horários de maior intensidade de tráfego.

### Seção IV

#### Do Estacionamento

Art 14. O veículo transportando produto perigoso só poderá estacionar para descanso ou pernoite em áreas previamente determinadas pelas autoridades competentes e, na inexistência de tais áreas, deverá evitar o estacionamento em zonas residenciais, logradouros públicos ou locais de fácil acesso ao público, áreas densamente povoadas ou de grande concentração de pessoas ou veículos.

Parágrafo 1º. Quando, por motivo de emergência, parada técnica, falha mecânica ou acidente, o veículo parar em local não autorizado, deverá permanecer sinalizado e sob a vigilância de seu condutor ou de autoridade local, salvo se a sua ausência for imprescindível para a comunicação do fato, pedido de socorro ou atendimento médico.

Parágrafo 2º. Somente em caso de emergência o veículo poderá estacionar ou parar nos acostamentos das rodovias.

### Seção V

#### Do Pessoal Envolvido na Operação do Transporte

Art 15. O condutor de veículo utilizado no transporte de produto perigoso, além das qualificações e habilitações previstas na legislação de trânsito, deverá receber treinamento específico, segundo programa a ser aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), por proposta do Ministério dos Transportes.

Art 16. O transportador, antes de mobilizar o veículo, deverá inspecioná-lo, assegurando-se de suas perfeitas condições para o transporte para o qual é destinado e com especial atenção para o tanque, carroceria e demais dispositivos que possam afetar a segurança da carga transportada.

Art 17. O condutor, durante a viagem, é o responsável pela guarda, conservação e bom uso dos equipamentos e acessórios do veículo, inclusive os exigidos em função da natureza específica dos produtos transportados.

Parágrafo único. O condutor deverá examinar, regularmente e em local adequado, as condições gerais do veículo, verificando, inclusive, a existência de vazamento, o grau de aquecimento e as demais condições dos pneus do conjunto transportador.

Art 18. O condutor interromperá a viagem e entrará em contato com a transportadora, autoridades ou a entidade cujo telefone esteja listado no Envelope para o Transporte, quando ocorrerem alterações nas condições de partida, capazes de colocar em risco a segurança de vidas, de bens ou do meio ambiente.

Art 19. O condutor não participará das operações de carregamento, descarregamento e transbordo da carga, salvo se devidamente orientado e autorizado pelo expedidor ou pelo destinatário, e com a anuência do transportador.

Art 20. Todo pessoal envolvido nas operações de carregamento, descarregamento e transbordo de produto perigoso usará traje e equipamento de proteção individual, conforme normas e instruções baixadas pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo único. Durante o transporte o condutor do veículo usará o traje mínimo obrigatório, ficando desobrigado do uso de equipamento de proteção individual.

Art 21. Todo pessoal envolvido na operação de transbordo de produto perigoso a granel receberá treinamento específico.

## SEÇÃO VI

### Da Documentação

Art 22. Sem prejuízo do disposto na legislação, de transporte, de trânsito e relativa ao produto transportado, os veículos que estejam transportando produto perigoso ou os equipamentos relacionados com essa finalidade, só poderão circular pela vias públicas portando os seguintes documentos:

I - Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel do veículo e dos equipamentos, expedido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada;

II - Documento Fiscal do produto transportado, contendo as seguintes informações:

- a) número e nome apropriado para o embarque;
- b) classe e, quando for o caso, subclasse à qual o produto pertence;
- c) declaração assinada pelo expedidor de que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento e transporte, conforme a regulamentação em vigor;

III - Ficha de Emergência e Envelope para o Transporte, emitidos pelo expedidor, de acordo com as NBR-7503, NBR-7504 e NBR-8285, preenchidos conforme instruções fornecidas pelo fabricante ou importador do produto transportado, contendo:

- a) orientação do fabricante do produto quanto ao que deve ser feito e como fazer em caso de emergência, acidente ou avaria; e
- b) telefone de emergência da corporação de bombeiros e dos órgãos de policiamento do trânsito, da defesa civil e do meio ambiente ao longo do itinerário.

Parágrafo 1º. É admitido o Certificado Internacional de Capacitação dos Equipamentos para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel.

Parágrafo 2º. O Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel perderá a validade quando o veículo ou o equipamento:

- a) tiver suas características alteradas ;
- b) não obtiver aprovação em vistoria ou inspeção;
- c) não for submetido a vistoria ou inspeção nas épocas estipuladas; e



d) acidentado, não for submetido a nova vistoria após sua recuperação.

Parágrafo 3º. As vistorias e inspeções serão objeto de laudo técnico e registradas no Certificado de Capacitação previsto no item I deste artigo.

Parágrafo 4º. O Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel não exime o transportador da responsabilidade por danos causados pelo veículo, equipamento ou produto perigoso, assim como a declaração de que trata a alínea "c" do item II deste artigo não isenta o expedidor da responsabilidade pelos danos causados exclusivamente pelo produto perigoso, quando agirem com imprudência, imperícia ou negligência.

## SEÇÃO VII

### Do Serviço de Acompanhamento Técnico Especializado

Art 23. O transporte rodoviário de produto perigoso que, em função das características do caso, seja considerado como oferecendo risco por demais elevado, será tratado como caso especial, devendo seu itinerário e sua execução serem planejados e programados previamente, com participação do expedidor, do contratante do transporte, do transportador, do destinatário, do fabricante ou importador do produto, das autoridades com jurisdição sobre a via a serem utilizadas e do competente órgão do meio ambiente, podendo ser exigido acompanhamento técnico especializado (art. 50, I).

Parágrafo 1º. O acompanhamento técnico especializado disporá de viaturas próprias, tripuladas por elementos devidamente treinados e equipados para ações de controle de emergência e será promovido, preferencialmente, pelo fabricante ou importador do produto, o qual, em qualquer hipótese, fornecerá orientação e consultoria técnica para o serviço.

Parágrafo 2º. As viaturas de que trata o Parágrafo precedente deverão portar, durante o acompanhamento, os documentos mencionados no item III do art. 22 e os equipamentos para situações de emergência a que se refere o art. 3º.

## CAPÍTULO III

### DOS PROCEDIMENTOS EM CASO DE EMERGÊNCIA, ACIDENTE OU AVARIA

Art 24. Em caso de acidente, avaria ou outro fato que obrigue a imobilização de veículo transportando produto perigoso, o condutor adotará as medidas indicadas na Ficha de Emergência e no Envelope para o Transporte correspondente a cada produto transportado, dando ciência à autoridade de trânsito mais próxima, pelo meio disponível mais rápido, detalhando a ocorrência, o local, as classes e quantidades dos materiais transportados.

Art 25. Em razão da natureza, extensão e características da emergência, a autoridade que atender ao caso determinará ao expedidor ou ao fabricante do produto a presença de técnicos ou pessoal especializado.

Art 26. O contrato de transporte deverá designar quem suportará as despesas decorrentes da assistência de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. No silêncio do contrato o ônus será suportado pelo transportador.

Art 27. Em caso de emergência, acidente ou avaria, o fabricante, o transportador, o expedidor e o destinatário do produto perigoso darão apoio e prestarão os esclarecimentos que lhes forem solicitados pelas autoridades públicas.

Art 28. As operações de transbordo em condições de emergência deverão ser executadas em conformidade com a orientação do expedidor ou fabricante do produto e, se possível, com a presença de autoridade pública.

Parágrafo 1º. Quando o transbordo for executado em via pública deverão ser adotadas as medidas de resguardo ao trânsito.

Parágrafo 2º. Quem atuar nessas operações deverá utilizar os equipamentos de manuseio e de proteção individual recomendados pelo expedidor ou fabricante do produto.

Parágrafo 3º. No caso de transbordo de produtos a granel o responsável pela operação deverá ter recebido treinamento específico.

## CAPÍTULO IV

## DOS DEVERES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

### Seção I

#### Do fabricante e do Importador

Art 29. O fabricante de equipamento destinado ao transporte de produto perigoso responde penal e civilmente por sua qualidade e adequação ao fim a que se destina.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no art. 22, item I, cumpre ao fabricante fornecer ao INMETRO as informações relativas ao início da fabricação e destinação específica dos equipamentos.

Art 30. O fabricante de produto perigoso fornecerá ao expedidor:

I - informações relativas aos cuidados a serem tomados no transporte e manuseio do produto, assim como as necessárias ao preenchimento da Ficha de Emergência; e

II - especificações para o acondicionamento do produto e, quando for o caso, a relação do conjunto de equipamentos a que se refere o art. 3º.

Art 31. No caso de importação, o importador do produto perigoso assume, em território brasileiro, os deveres, obrigações e responsabilidades do fabricante.

### Seção II

#### Do Contratante, do Expedidor e do Destinatário

Art 32. O contratante do transporte deverá exigir do transportador o uso de veículo e equipamento em boas condições operacionais e adequados para a carga a ser transportada, cabendo ao expedidor, antes de cada viagem, avaliar as condições de segurança.

Art 33. Quando o transportador não os possuir, deverá o contratante fornecer os equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria, com as devidas instruções do expedidor para a sua utilização.

Art 34. O expedidor é o responsável pelo acondicionamento do produto a ser transportado, de acordo com as especificações do fabricante.

Art 35. No carregamento de produtos perigosos o expedidor adotará todas as precauções relativas à preservação dos mesmos, especialmente quanto à compatibilidade entre si (art. 7º).

Art 36. O expedidor exigirá do transportador o emprego dos rótulos de risco e painéis de segurança correspondente aos produtos a serem transportados, conforme disposto no art. 2º.

Parágrafo único. O expedidor entregar ao transportador os produtos perigosos fracionados devidamente rotulados, etiquetados e marcados, bem assim os rótulos de risco e os painéis de segurança para uso nos veículos, informando ao condutor as características dos produtos a serem transportados.

Art 37. São de responsabilidade:

I - do expedidor, as operações de carga;

II - do destinatário, as operações de descarga.

Parágrafo 1º. Ao expedidor e ao destinatário cumpre orientar e treinar o pessoal empregado nas atividades referidas neste artigo.

Parágrafo 2º. Nas operações de carga e descarga, cuidados especiais serão adotados, especialmente quanto à amarração da carga, a fim de evitar danos, avarias ou acidentes.

### Seção III

#### Do transportador

Art 38. Constituem deveres e obrigações do transportador:

I - dar adequada manutenção e utilização aos veículos e equipamentos;

II - fazer vistoriar as condições de funcionamento e segurança do veículo e equipamento, de acordo com a natureza da carga a ser transportada, na periodicidade regulamentar;

III - fazer acompanhar, para ressalva das responsabilidades pelo transporte, as operações executadas pelo expedidor ou destinatário de carga, descarga e transbordo, adotando as cautelas necessárias para prevenir riscos à saúde e integridade física de seus prepostos e ao meio ambiente;

IV - transportar produtos a granel de acordo com o especificado no "Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel" (Art 22, I);

V - requerer o "Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel", quando for o caso, e exigir do expedidor os documentos de que trata os itens II e III do Art 22 (nota fiscal, ficha de emergência e envelope para o transporte);

VI - providenciar para que o veículo porte o conjunto de equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria (Art 3º.), assegurando-se do seu bom funcionamento;

VII - instruir o pessoal envolvido na operação de transporte quanto à correta utilização dos equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria, conforme as instruções do expedidor;

VIII - zelar pela adequada qualificação profissional do pessoal envolvido na operação de transporte, proporcionando-lhe treinamento específico, exames de saúde periódicos e condições de trabalho conforme preceitos de higiene, medicina e segurança do trabalho;

IX - fornecer a seus prepostos os trajes e equipamentos de segurança no trabalho, de acordo com as normas expedidas pelo Ministério do Trabalho, zelando para que sejam utilizados nas operações de transporte, carga, descarga e transbordo;

X - providenciar a correta utilização, nos veículos e equipamentos, dos rótulos de risco e painéis de segurança adequados aos produtos transportados;

XI - realizar as operações de transbordo observando os procedimentos e utilizando os equipamentos recomendados pelo expedidor ou fabricante do produto;

XII - assegurar-se de que o serviço de acompanhamento técnico especializado preenche os requisitos deste regulamento e das instruções específicas existentes (art. 23);

XIII - dar orientação quanto à correta estivagem da carga no veículo, sempre que, por acordo com o expedidor, seja co-responsável pelas operações de carregamento e descarregamento.

Parágrafo único. Se o transportador receber a carga lacrada ou for impedido, pelo expedidor ou destinatário, de acompanhar a carga e descarga, ficar desonerado da responsabilidade por acidente ou avaria decorrente do mau acondicionamento da carga.

Art 39. Quando o transporte for realizado por transportador comercial autônomo, os deveres e obrigações a que se referem os itens VI a XI do artigo anterior constituem responsabilidade de quem o tiver contratado.

Art 40. O transportador é solidariamente responsável com o expedidor na hipótese de receber, para transporte, produtos cuja embalagem apresente sinais de violação, deterioração, mau estado de conservação ou de qualquer forma infrinja o preceituado neste regulamento e demais normas ou instruções aplicáveis.

## Capítulo V

### DA FISCALIZAÇÃO

Art 41. A fiscalização para a observância deste Regulamento e de suas instruções complementares incumbe ao Ministério dos Transportes, sem prejuízo da competência das autoridades com jurisdição sobre a via por onde transite o veículo transportador.

Parágrafo único. A fiscalização compreenderá:

a) exame dos documentos de porte obrigatório (art. 22);

b) adequação dos rótulos de risco e painéis de segurança (art. 2º), bem assim dos rótulos e etiquetas das embalagens (art. 6º, Parágrafo 2º), ao produto especificado no Documento Fiscal; e

c) verificação da existência de vazamento equipamento de transporte de carga a granel e, em se tratando de carga fracionada, sua arrumação e estado de conservação das embalagens.

Art 42. Ao ter conhecimento de veículo trafegando em desacordo com o que preceitua este Regulamento, a autoridade com jurisdição sobre a via deverá retê-lo imediatamente, liberando-o só após sanada a infração, podendo, se necessário, determinar:

I - a remoção do veículo para local seguro, podendo autorizar o seu deslocamento para local onde possa ser corrigida a irregularidade;

II - o descarregamento e a transferência dos produtos para outro veículo ou para local seguro;

III - a eliminação da periculosidade da carga ou a sua destruição, sob a orientação do fabricante ou do importador do produto e, quando possível, com a presença do representante da seguradora.

Parágrafo 1º. As providências de que trata este artigo serão adotadas em função do grau e natureza do risco, mediante avaliação técnica e, sempre que possível, acompanhamento do fabricante ou importador do produto, contratante, expedidor, transportador, representante da Defesa Civil e de órgão do meio ambiente.

Parágrafo 2º. Enquanto retido, o veículo permanecerá sob a guarda da autoridade, sem prejuízo da responsabilidade do transportador pelos fatos que deram origem à retenção.

## Capítulo VI

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art 43. A inobservância das disposições deste Regulamento e instruções complementares referente ao transporte de produto perigoso sujeita o infrator a:

I - multa até o valor máximo de 100 Obrigações do Tesouro Nacional - OTN (692 UFIR);

II - cancelamento do registro de que trata a Lei n-º. 7.092, de 19 de abril de 1983 (RTB).

Parágrafo 1º. A aplicação da multa compete à autoridade com jurisdição sobre a via onde a infração foi cometida.

Parágrafo 2º. Ao infrator passível de multa é assegurada defesa, previamente ao recolhimento desta, perante a autoridade com jurisdição sobre a via, no prazo de trinta dias, contados da data da autuação.

Parágrafo 3º. Da decisão que aplicar a penalidade de multa, cabe recurso com efeito suspensivo, a ser interposto na instância superior do órgão autuante, no prazo de trinta dias, contados da data em que o infrator for notificado, observados os procedimentos peculiares a cada órgão.

Parágrafo 4º. A aplicação da penalidade de cancelamento no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários - RTB compete ao Ministro dos Transportes, mediante proposta justificada do DNER ou da autoridade com jurisdição sobre a via.

Parágrafo 5º. O infrator será notificado do envio da proposta de que trata o Parágrafo anterior, bem assim dos seus fundamentos, podendo apresentar defesa perante o Ministro dos Transportes no prazo de trinta dias.

Parágrafo 6º. Da decisão que aplicar a penalidade de cancelamento do registro no RTB cabe pedido de reconsideração a ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data da notificação do infrator.

Parágrafo 7º. Para efeito de averbação no registro do infrator as autoridades com jurisdição sobre as vias comunicarão ao DNER as penalidades aplicadas em suas respectivas jurisdições.

Art 44. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com a sua gravidade, em três grupos:

I - Primeiro Grupo - as que serão punidas com multa de valor equivalente a 100 OTN (692 UFIR);

II - Segundo Grupo - as que serão punidas com multa de valor equivalente a 50 OTN (346 UFIR); e

III - Terceiro Grupo - as que serão punidas com multa de valor equivalente a 20 OTN (138,4 UFIR).

Parágrafo 1º. Na reincidência específica, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo 2º. Co metidas, simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diversa, aplicar-se-ão, cumulativamente, as penalidades correspondente a cada uma.

Art 45. Ao transportador serão aplicadas as seguintes multas:

I - Primeiro Grupo, quando:

- a) transportar produto cujo deslocamento rodoviário seja proibido pelo Ministério do Transportes;
- b) transportar produto perigoso a granel que não conste do Certificado de Capacitação;
- c) transportar produto perigoso a granel em veículo desprovido de Certificado de Capacitação válido;
- d) transportar, juntamente com produto perigoso, pessoas, animais, alimentos ou medicamentos destinados ao consumo humano ou animal, ou, ainda, embalagens destinadas a estes bens; e
- e) transportar produtos perigosos incompatíveis entre si, apesar de advertido pelo expedidor.

II - Segundo Grupo, quando:

- a) não der manutenção ao veículo ou ao seu equipamento;
- b) estacionar ou parar com inobservância ao preceituado no Art 14;
- c) transportar produtos cujas embalagens se encontrem em más condições;
- d) não adotar, em caso de acidente ou avaria, as providências constantes da Ficha de Emergência e do Envelope para o Transporte; e
- e) transportar produto a granel sem utilizar o tacógrafo ou não apresentar o disco à autoridade competente, quando solicitado.

III - Terceiro Grupo, quando:

- a) transportar carga mal estivada;
- b) transportar produto perigoso em veículo desprovido de equipamento para situação de emergência e proteção individual;
- c) transportar produto perigoso desacompanhado de Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel (Art 22, I);
- d) transportar produto perigoso desacompanhado de declaração de responsabilidade do expedidor (Art 22, II, "c"), aposta no Documento Fiscal;
- e) transportar produto perigoso desacompanhado de Ficha de Emergência e Envelope para o Transporte (Art 22, III);
- f) transportar produto perigoso sem utilizar, nas embalagens e no veículo, rótulos de risco e painéis de segurança em bom estado e correspondente ao produto transportado;
- g) circular em vias públicas nas quais não seja permitido o trânsito de veículos transportando produto perigoso; e
- h) não dar imediata ciência da imobilização do veículo em caso de emergência, acidente ou avaria.

Parágrafo único. Será cancelado o registro do transportador que, no período de 12 meses, for punido com 6 multas do Primeiro Grupo.

Art 46. Ao expedidor serão aplicadas as seguintes multas:

I - Primeiro Grupo, quando:

- a) embarcar no veículo produtos incompatíveis entre si;
- b) embarcar produto perigoso não constante do Certificado de Capacitação do veículo ou equipamento ou estando esse Certificado vencido;
- c) não lançar no Documento Fiscal as informações de que trata o item II do Art 22 ;
- d) expedir produto perigoso mal acondicionado ou com embalagens em más condições; e
- e) não comparecer ao local do acidente quando expressamente convocado pela autoridade competente (Art 25);

II - Segundo Grupo, quando:

- a) embarcar produto perigoso em veículo que não disponha de conjunto de equipamento para situações de emergência e proteção individual;
- b) não fornecer ao transportador a Ficha de Emergência e o Envelope para o Transporte;
- c) embarcar produto perigoso em veículo que não esteja utilizando rótulos de risco e painéis de segurança, afixados nos locais adequados;
- d) expedir carga fracionada com embalagens externa desprovida dos rótulos de risco específicos;
- e) embarcar produto perigoso em veículo ou equipamento que não apresente adequadas condições de manutenção; e
- f) não prestar os necessários esclarecimentos técnicos em situações de emergência ou acidentes, quando solicitados pelas autoridades.

Art 47. A aplicação das penalidades estabelecidas neste Regulamento não exclui outras previstas em legislação específicas, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

## Capítulo VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 48. Para a uniforme e generalizada aplicação deste Regulamento e dos preceitos nele estabelecidos, o Ministério dos Transportes estimulará a cooperação com órgãos e entidades públicas ou privadas mediante troca de experiências, consultas e execução de pesquisas, com a finalidade, inclusive, de complementação ou alteração deste Regulamento.

Art 49. Integram o presente Regulamento, com os Anexos, as NBR-7500, NBR-7503, NBR-7504, NBR-8285 e NBR-8286.

Art 50. É da exclusiva competência do Ministro dos Transportes:

- I - estabelecer, quando as circunstâncias técnicas o exigirem, medidas especiais de segurança no transporte rodoviário, inclusive de terminar acompanhamento técnico especializado;
- II - proibir o transporte rodoviário de cargas ou produtos considerados tão perigosos que não devam transitar por vias públicas, determinando, em cada caso, a modalidade de transporte mais adequada;
- III - dispensar, no todo ou em sua parte, a observância deste Regulamento quando, dada a quantidade de produtos perigosos a serem transportados, a operação não ofereça riscos significativos.

Art 51. Compete ao transportador a contratação do seguro decorrente da execução do contrato de transporte de produto perigoso.

Art 52. Aplica-se o presente Regulamento ao transporte internacional de produto perigoso em território brasileiro, observadas, no que couber, as disposições constantes de acordos, convênios ou tratados ratificados pelo Brasil.

**NOTA: Art. 7º deste Regulamento atualizado pela redação do Dec. 4097/2002.**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**1. ABIQUIM, Manual para atendimento de emergências com produtos perigosos – 4 Ed. São Paulo :2002. 270 p.**

2 BRASIL. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Acordo para facilitação do transporte de produtos perigosos no MERCOSUL; transporte terrestre. Brasília: GEIPOT, 1996.498 p.il.

3. OLIVEIRA, MARCOS - Emergências com produtos perigosos – Manual básico para equipes de primeira resposta: 1ª Ed. Florianópolis : 2000.

4. ARAÚJO, GIOVANI MORAES DE – Regulamentação para o Transporte terrestre de Produtos perigosos. 1ª Ed.Rio de Janeiro : 2001.

5. MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS – Segurança e Medicina do Trabalho – 40ª Ed.São Paulo . 1998.

6. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – Coletânea de .Normas de transporte de produtos perigosos.

7. SECRETARIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM – Manual de Instruções e Normas de Procedimentos para o Policiamento Rodoviário – 2002.

8. Dec.96.044/88 – Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos perigosos.

9. Resolução 420/4004 ANTT – Instruções Complementares ao Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

10. Portaria nº 22/2002 MT – Instruções para a fiscalização de produtos perigosos no MERCOSUL.

11. Portaria nº 349/2002 MT– Instruções para fiscalização de produtos perigosos no âmbito Nacional.

ELABORADORES: INSTRUTORES DO DPRF:

- AMARAL FERREIRA DA SILVA – 9ª SRPRF - RS;
- INOCÊNCIO R. NÓBREGA – 14ª SPRF – PB;
- JOSÉ RICARDO BATISTOTE – 3ª SPRF – MS.